

## FAMÍLIA: UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA CRÍTICA

Márcia Cristina de SANTANA\*

Maryanne Ferreira NOVAES\*\*

Paula Andrade SILVA\*\*\*

**RESUMO:** A família para muitos é vista como um local sagrado onde se vive na mais perfeita harmonia, sem problemas, ou seja, tendo uma concepção naturalizada da família. Compreendê-la como construção social significa desnaturalizá-la desvelando sua estrutura e organização, conhecer que ela incorpora determinações econômicas, políticas e sociais, que se apresentam em diversas formas e jeitos diferentes de arranjo familiar. A família como instituição social também é alvo de preconceito, discriminação e exclusão social devido a um recorte gênero, etnia, raça, opção sexual ou por portar na família alguma deficiência física ou mental. A principal função social da família é disponibilizar aos seus familiares proteção, cuidado e educação, devido a vários fatores culturais e econômicos a família não consegue atender a tais funções sociais direcionado a ela, estas se tornam demandas para o serviço social que se apresenta ao assistente social por várias situações no decorrer do seu trabalho. A intervenção deve proporcionar a família condições de alcançar a função social, para isso o Projeto Ético-Político tem a direção social, atuando de forma dinâmica às necessidades sociais, buscando respostas políticas por meio de políticas públicas e assim lutar por um ideal; uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Família. Exclusão social. Função social. Assistente social. Demandas. \*

---

\* Pedagoga, discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente: e-mail: [marciac@unitoledo.br](mailto:marciac@unitoledo.br)

\*\* Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente: e-mail: [maryanne-novaes@unitoledo.br](mailto:maryanne-novaes@unitoledo.br)

\*\*\* Discente do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente: e-mail: [paula.social@yahoo.com.br](mailto:paula.social@yahoo.com.br)

# 1 DISCUSSÃO DA FAMÍLIA NA PERSPECTIVA CRÍTICA: UMA VISÃO DESNATURALIZADA

Para a maioria das pessoas a concepção de família está relacionada à idéia de casamento e amor, sendo um modelo ideal de instituição universal e a - histórica. Essa concepção é naturalizada e isso forma um mito que define família como um local sagrado em que seus componentes: pais e filhos vivem na mais perfeita harmonia, sem problemas.

Compreender a família como construção social, significa desnaturalizá-la desvelando sua estrutura, organização. Conhecer que a família incorpora determinações econômicas, políticas e sociais e que é histórica, envolve aspectos que se transformaram ao longo da história, como podemos citar: casamento, amor, papéis sociais, relações de gênero e etárias, sexualidade, vida privada e pública, relações jurídicas entre outras.

Na perspectiva crítica, a desnaturalização da família, passa apreensão histórica da relação entre família, casamento e amor. A família é uma instituição social. na qual, o casamento ocupou diferentes posições determinantes pelas relações sociais. A família, portanto, não é uma abstração estática, uma instituição social em permanente movimento. (ROMERA, 2008).

Segundo Pôster (1979, p. 197-198), A Aristocracia trata-se de uma elite que vivia no ócio e na opulência, representava, cerca de 2% da população, mantinha sua riqueza no controle de terras sob a linha de família. A terra era tida como patrimônio e não capital a ser explorado e investido. A riqueza era herdada e não acumulada ou produzida. Serviam ao rei e lutavam na guerra.

Os camponeses eram a maioria da população, compreendiam trabalhadores diaristas e pequenos agricultores, viviam em povoados distantes e agrupados. As famílias estabeleciam relações com toda a aldeia.

A família nuclear burguesa, composta por pai, mãe e filhos, redefine novos valores. A sociedade burguesa valoriza o espaço privado, onde o lar, não mais é espaço de trabalho e assim de relações íntimas, de lazer e refúgio.

[...] a família burguesa está localizada em áreas urbanas. Desde o final da idade Média e começos da Renascença até meados do séculos XVIII (para a França, mas um pouco antes para a Inglaterra e mais tarde para a Europa Central), ela não é essencialmente diferente das formas familiares contemporâneas. São escassas as provas para uma história do surgimento da família burguesa. Sabe-se que, de 1750 até ao presente, o padrão demográfico da família burguesa progrediu gradualmente para um padrão de baixa fertilidade e baixa mortalidade. O planejamento familiar em grande escala começou primeiro nesse grupo. Na vida cotidiana, as relações entre os membros da família burguesa assumiram um padrão distinto de intensidade emocional e privacidade. O casamento acarretou para esse grupo um conflito entre as necessidades dos pais não tanto de sustentarem os costumes tradicionais ou a linhagem, mas, sobretudo, de preservarem sua acumulação de capital e o valor da escolha individual. (POSTER, 1979, P. 186)

Com o início da industrialização, necessitou-se de mão de obra livre, ocasionando o surgimento de uma nova classe: trabalhadora, e que pai e mãe foram trabalhar assumindo papel de manutenção da casa. Se espelha no modo de vida da classe burguesa. Como a família passa por estágios, a família na contemporaneidade assume papéis mais flexíveis, seja na questão do amor, religião, cultura, papéis sociais, relacionados à sociedade atual como fatores econômicos, sociais entre outros. Podemos citar além do chamado núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos, alguns arranjos familiares: Família ampliada, Família monoparental, Família reconstituída, Família homoparental entre outros.

## **2 ASPECTOS RELACIONADOS A FAMÍLIA**

As famílias são estruturas sociais compostas por laços consangüíneos ou não e que compartilham do mesmo local. Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 226, “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

Muitos aspectos se relacionam com a família, constituindo formas, jeitos diferentes de vivências, a individualidade de cada pessoa e sua família.

## **2.1 Casamento e separação**

A questão do casamento se relaciona com amor e afetividade na pretensão do casal viver junto e constituir família, pensando no seu bem estar. Quando esse casal acredita que não pode continuar vivendo junto, a melhor maneira e solução é a separação. Atualmente os casais se separam e costumam formar novas famílias se o quiserem com outros parceiros.

## **2.2 Maternidade e paternidade**

A questão da maternidade e paternidade muito questionada na atualidade se refere ao amor entre pais e filhos, à condição econômica, cultural e social de criação desses filhos, o que se percebe é a diminuição do número de filhos por casal.

## **2.3 Religião, Cultura, Moral e Ideologia**

Na atualidade ainda impera a religiosidade sobre as questões da família de modo que há imposições sobre o sacramento do casamento, imposições sobre a questão o aborto, virgindade entre outros.

Conforme a cultura de diferentes povos há certas características diferentes uma das outras em relação aos papéis sociais, figura da mulher na sociedade, a questão das crianças entre outros aspectos.

Vivendo numa sociedade mais conservadora, a moral também constitui um fator de importância na relação entre a família e a sociedade, de modo que há fatores de coesão e coerção nessa relação.

A ideologia vista e imposta em relação à família, é que esta sempre viva em harmonia, sob a imposição de valores de respeito, submissão, obediência a certos comandos da sociedade.

#### **2.4 Amor e sexualidade na atualidade**

Atualmente tanto homem quanto mulher vivem o amor e a sexualidade mais explicitamente suas emoções desde o prazer, até a constituição da sua família, relacionamentos mais amadurecidos, casando-se em função de sentimentos de afeto, amor e não mais em função de questões financeiras, morais e religiosas tão somente.

#### **2.5 O que se espera da família**

A principal função social da família é o cuidado, proteção e educação. Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 229, os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Espera-se que a família consiga exercer sua função e quando não consegue, sofre exclusões. O Estado, por meio de políticas públicas intervém nessas questões. É o que dispõe o artigo 226, A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

### 3 A FAMÍLIA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Todos aqueles que sofrem preconceito, seja por gênero, raça, etnia, condição etária, opção sexual, por portar algum tipo de deficiência física ou mental; ou discriminação, subalternização, abandono, violência, pobreza são considerados excluídos. Muito se tem discutido sobre a exclusão sofrida pelas famílias e se chega à conclusão de que são vários os tipos de situações excludentes. Podemos citar como exemplos de exclusão: pobreza, sexualidade, homossexualidade, questão de gênero (homem e mulher), geracional (criança, adolescente, adulto e idoso), preconceito racial, étnica, alcoolismo, violência entre outros.

[...] Se pode estar excluído: a) exclusão no mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão do acesso a bens e serviços (inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho (para ele, existe uma “dualização do processo de trabalho “,ou seja há emprego ruins, de acesso relativamente fácil- que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo- e há empregos bons, mas de difícil acesso, que geram níveis de renda e de segurança aceitáveis; em geral, a segmentação acontece em termos de raça, sexo, nacionalidade); f) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; g) exclusão do acesso à terra; h) exclusão em relação à segurança em três dimensões: insegurança física , insegurança em relação à sobrevivência (o risco de perder a possibilidade de garantir-la) e insegurança em relação à proteção contra contingências; i) exclusão dos direitos humanos. (DUPAS, 1999, P. 20)

A pobreza na sociedade contemporânea se caracteriza pelo não acesso aos bens mínimos de consumo, de saúde, saneamento básico, renda mínima, ao lazer, às privações às quais a maioria da população se submete.

[...] é a pobreza vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna. Nas sociedades contemporâneas, esse acesso é balizado por duas vertentes: a renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e as oportunidades abertas pelos programas públicos de bem-estar social (welfare state). A questão da renda do trabalho admite várias nuances que se combinam quanto à efetiva condição que ela propicia. As principais são: o nível da renda auferida; a estabilidade no tempo do nível dessa renda; e a estabilidade da própria atividade que permite auferir a renda. (DUPAS, 1999, P. 34)

### **3.1 Exclusão por homossexualidade**

Muitas pessoas vivem excluídas pela sociedade e também sofrem por suas famílias não aceitarem a sua opção sexual. Homens e mulheres que tiveram vontade e coragem de assumir o homossexualismo lutam contra o preconceito e a exclusão, tanto intra-familiar, no trabalho, na sociedade.

### **3.2 A exclusão por gênero**

As mulheres vêm sofrendo exclusões por questão de gênero, em família, na sociedade em geral: trabalho, cargos políticos, direção de empresas entre outros. Pelo fato da mulher ser a procriadora e passar a maior parte do tempo cuidando dos filhos e o marido cuidando do sustento da casa, ela é considerada um ser mais natural e o homem, um ser mais social.

O poder masculino restringe-se, com a participação da mulher no mundo do trabalho, dividindo rendas e compromissos com o homem. Entretanto, no setor privado, a mulher continua sob a submissão masculina, sofrendo opressões e violências. É na família que se manifesta tais comportamentos, visto que, na esfera doméstica, ela desempenha atividade não-remunerada, enfrenta dupla jornada de trabalho, é discriminada, sofre pressões psicológicas e físicas. O trabalho doméstico e a maternidade são funções atribuídas à mulher desde a criação do mundo, sendo-lhe, ainda hoje, atribuída a identificação de procriadora. Não há barreiras legais, mas estas existem na forma de pensar e construir o mundo que marginalizam a mulher. (CASTRO, 2002, P.132)

### 3.2 A exclusão geracional (criança, adolescente, adulto, idoso)

A exclusão geracional abrange as varias etapas da vida humana, pode ser com as crianças e adolescentes, adultos e os idosos. As crianças e os adolescentes sofrem no seio familiar por questões financeiras (muitos filhos e sem condições de serem criados), violência, desproteção, entre outros. Para a proteção dessa faixa etária, foi decretada em 13 de julho de 1990 a lei n. 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente. No que se refere o artigo 5º. Desta lei, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

No que se refere ao idoso, este sofre por exclusão da própria família e sociedade, e seus direitos são violados, atendimentos à saúde, lazer entre outros são precários, A luta por melhores condições de vida para essa faixa etária gerou o que denominamos Estatuto do Idoso, aprovado em 01 de outubro de 2003, sob a lei no.10741. Citando o 3º artigo desta lei, temos que,

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Legislação Brasileira para o Serviço Social, 2006, P.219)

Tratando-se da exclusão sofrida por adultos, podemos dizer que ela se manifesta das mais variadas formas, podendo ser exclusão por classe, etnia, racial, gênero, pobreza, homossexualismo, violência, deficiência física ou mental, assim temos uma infinidade de exclusões vivenciadas também pelos adultos.



### **3.3 A exclusão por alcoolismo**

O alcoolismo é outro problema sério que atinge não somente aquele que tem o problema, mas também a sua família e aqueles que convivem juntos. O alcoólatra sofre exclusão por não reconhecimento de sua doença, pela falta de apoio de familiares e sociedade.

### **3.3 A exclusão por deficiência física ou mental**

Segundo o 2º artigo do Benefício de prestação continuada e do beneficiário, em seu inciso II, pessoa portadora de deficiência: aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho.

A família de pessoas com deficiência física ou mental sofrem exclusão ou também geram exclusão, não aceitando o membro da família com esse tipo de deficiência.

### **3.4 A exclusão por raça e etnia**

Podemos dizer que muitas pessoas e conseqüentemente, muitas famílias vivem situações de exclusão por questões relacionadas à raça e à etnia. Tanto no trabalho, lazer, costumes, cultura, entre outros verifica-se que essa exclusão ainda é muito acentuada, mesmo em classes mais elevadas.

### **3.5 A exclusão por violência**

A violência é um fator delicado para abordagem, pois pode ser desencadeada pela própria família, pela sociedade, sendo considerada violência física ou moral, entre os próprios membros da família entre si, comunidade ou da sociedade. Podemos citar como violência entre os cônjuges, entre pais e filhos, entre membros da sociedade.

## **4 A FAMÍLIA COMO DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Quando a família não consegue realizar sua função social que é de cuidado, proteção e educação de seus filhos, se torna em demanda para o serviço social. Não é a família quem inventa as demandas, elas se consolidam das relações sociais dominantes.

Vários fatores propiciam demandas em relação às famílias: econômicos, baixa escolaridade que se relaciona ao desemprego e a pobreza, acesso à saúde, cultura, formação familiar, relações familiares, baixo desenvolvimento local, rede social entre outros. As demandas se apresentam ao assistente social por várias situações no decorrer do seu trabalho. Podendo ser tratadas como demandas imediatas ou sócio-históricas. As demandas imediatas são aquelas que necessitam de intervenção urgente, à necessidade daquele usuário. Ao serem resolvidas sem um aprofundamento naquele momento, são consideradas imediatistas, por exemplo: se uma família está em situação de desemprego e está passando fome, a primeira providência a se tomar é lhe fornecer cesta básica.

Ao passo que ao se estudar e tentar entender a situação dessa mesma família num olhar mais aprofundado, apreendendo as determinações sociais, econômicas, históricas, se torna uma demanda sócio-histórica.

#### 4.1 Principais demandas para o serviço social

Para melhor entender as demandas relacionadas à família, podemos citar algumas delas neste trabalho que se segue:

- Famílias que vitimizam suas crianças e adolescentes por violência;
- Famílias que vitimizam suas crianças com abuso sexual;
- Famílias que sofrem exclusão por terem membros usuários de drogas;
- Famílias vitimizadas pelo desemprego;
- Famílias adotivas com problemas de adaptação e interação com os adotantes;
- Famílias que lidam e sofrem preconceito por terem adolescente em situação de gravidez precoce;
- Famílias que sofrem preconceito por terem crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil;
- Preconceito racial pela família e na comunidade;
- Famílias em situação de rua;
- Violência intra-familiar contra a mulher;
- Famílias com problemas de evasão escolar de suas crianças e adolescentes;
- Famílias com dificuldade de aceitação dos membros portadores de deficiência;
- Idosos discriminados no âmbito da família e comunidade;
- Famílias que vivem em situação de pobreza permanente;
- Famílias que têm acesso precário ao transporte coletivo para educação, saúde e serviços de bem estar;
- Famílias com pessoas portadoras de HIV que convivem com o preconceito,
- Famílias com vínculos fragilizados por alcoolismo;
- Famílias com precária orientação de planejamento familiar entre outros.

## **5 ASPECTOS CONCLUSIVOS: o trabalho do assistente social com as famílias**

A intervenção do assistente social deve proporcionar à família condições de alcançar a função social. Para isso o profissional deve ver além das aparências, ou seja, não culpabilizar a família, entendendo que essa vive situações determinadas pela relação social dominante. Para isso o Projeto Ético-Político tem a direção social, atuando de forma dinâmica às necessidades sociais em que a profissão atua, sejam econômicas, históricas e culturais. O enfrentamento das demandas direcionado pelo projeto profissional buscam respostas políticas no âmbito político, por meio de políticas públicas.

O Código de Ética do Assistente Social rege princípios norteadores para o trabalho do assistente social no enfrentamento às demandas junto às famílias, para tanto é preciso trabalhar com as famílias e estar com as famílias num desenvolver de atitudes, direcionamento, questionamento entre outros.

O trabalho do assistente social se norteia por princípios fundamentais e valores humanistas que descreve direitos e deveres do assistente social, sendo um verdadeiro manual para o exercício no cotidiano, sendo resumidamente: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, o aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

O trabalho com as famílias se refere à criação de meios, instrumentos para que elas possam desenvolver sua autonomia, capacidade reflexiva; cidadania,

conhecendo seus direitos como pessoas, cidadãos; questões relacionadas ao preconceito, discutindo as diferenças, encontrando saídas para superação; interesses por questões políticas e sociais da comunidade.

Quanto mais as famílias necessitarem dos programas do Estado, assistente social terá maior oportunidade para trabalhar com essas famílias, proporcionando condições de enfrentamento da realidade. Trabalhar com família é estar com a família, com seus membros em situações de trabalho em vários momentos com grupos com pais, com os idosos, com as crianças e adolescentes, mulheres, homens, com todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio Henrique. **Política Social e Combate à Pobreza**. 4 edição- Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei no.8069, de jul. de 1990. 10. edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. coletânea de leis, decreto e regulamentação para instrumentação da (o) assistente social/ organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9 Região Provisória, 2 edição, CRESS,2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei no. 9394, de dez. de 1996. Brasília: Senado Federal, 2004.

BONETTI, Dilsea A; **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 5 edição- São Paulo, Cortez, 2003.

CASTRO, Adriana Mendes de Oliveira. et al. ELESBÃO, Elita Collor. (coord.). **Pessoa, Gênero e Família: uma visão integrada do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2 edição-São Paulo, Autores associados, 2002.

DINCAO, Maria Ângela d'. **Amor e família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo**. 2 edição- São Paulo, Paz e terra, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 edição- São Paulo, Cortez, 2001.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** 2ª edição-Rio de Janeiro, FGV, 2005.

ROMERA, Valderês Maria; BATISTA. **Família e casamento**. Texto didático da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente/SP 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Família: Casamento, amor e sexualidade**. Texto didático da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente/SP 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **A família moderna.** Texto didático da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente/SP 2008.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4<sup>o</sup> edição-Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social:** o significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. São Paulo, Cortez, 1999.